

Esquecer? Não: In-Quecer¹

Renato Mezan

Num discurso proferido há alguns anos, por ocasião de uma cerimônia para honrar a memória de determinados grupos que, na Alemanha mesma, resistiram à barbárie nazista, o filósofo Jürgen Habermas menciona por duas vezes a figura do psicanalista. A primeira referência evoca a necessidade de promover um “entendimento cicatrizante”, isto é, a retomada dos fatos ocorridos na época sob uma luz desapaixonada, capaz de serenar as emoções e permitir uma visão histórica “objetiva” desse período. A idéia não é de Habermas; ele a cita como uma das formas possíveis de solicitar o auxílio de um psicanalista, mas a seqüência do texto afasta qualquer suspeita de concordância por sua parte. A segunda referência atribui ao psicanalista a função inversa: “o domínio de um passado, retornando na forma de pesadelo sobre o presente não-redimido, só poderia ser rompido pela força analítica de uma recordação que não compre a presentificação histórica permitida ao acontecimento com uma neutralização moral”. Em lugar de um gesto que sutura as bordas da ferida, visando restaurar a continuidade lisa da epiderme e com isto criar condições para uma reflexão da qual a dor estaria banida, o psicanalista é aqui convocado para efetuar um ato que soa como paradoxal: *romper* um campo de forças que bem ou mal atingiu seu equilíbrio, aprofundar a incisão, agir no sentido oposto ao de quem aplica um bálsamo. Seu bisturi se chama: a recordação que não neutraliza o efeito do recordado, que o presentifica, ao contrário, com intensidade e com vigor.

Neutralização “moral”, diz Habermas. Para os alemães que viveram a guerra e para seus descendentes, para as vítimas da barbárie nazista – judeus e não-judeus – , há uma questão moral, que diz respeito à culpa, à expiação, ao perdão ou à reparação. Pois o “acontecimento” cuja presentificação está em jogo resultou em morte e destruição para milhões de pessoas, como resultado do exercício do poder indiscriminado por um Estado enlouquecido e por uma população mais do que complacente. Isto é verdade; também é verdade que não compete ao psicanalista,

enquanto psicanalista, se pronunciar sobre esta questão. Não porque ele seja destituído de princípios éticos à luz dos quais o nazismo e tudo o que se lhe assemelha representam coisas absolutamente condenáveis; não porque venha buscar refúgio na “neutralidade benevolente” que, aqui, apenas mascararia um conformismo cúmplice e reacionário. Mas porque, ao tomar posição neste terreno, o faz como sujeito moral e como sujeito político, age em oposição a um estado de coisas, resiste passiva ou ativamente ao terror institucionalizado. Não existe incompatibilidade alguma entre ser cidadão e ser psicanalista. Há, sim, impossibilidade de ser cidadão *na posição de analista*, porque cidadania implica ação na esfera pública, aliança e conflito, compromisso e defesa das próprias posições diante de outras; o cidadão visa realizar os fins que considera adequado para a cidade, através de meios que incluem a persuasão e a argumentação, pressões de vários tipos, e por vezes violência considerada justa. Não é preciso muito para percebermos que nada disto pode ser feito pelo psicanalista enquanto exerce a sua função própria, que não é da ordem da persuasão nem do combate por idéias e projetos determinados, e que exige uma grande contenção de si, para que o outro possa aproximar-se de si próprio.

Neutralização, sim, mas neutralização de outra ordem, é aquela sobre a qual o psicanalista pode se pronunciar, colocando entre parênteses a dimensão moral. Trata-se da neutralização afetiva, aquela que conduziria ao “entendimento desapassionado”; neutralização que se situa no terreno das defesas, e que tem por origem aquilo que Freud denominou “mecanismos de evitação das representações intoleráveis”. São representações desta ordem as que, ao surgirem no campo da consciência, provocam desprazer ou dor psíquica, angústia, medo, etc. A experiência de viver sob a nazismo engendrou um bloco particularmente denso de representações deste gênero, para todos os envolvidos, agentes ou vítimas do terror hitlerista; e ao psicanalista interessa, enquanto psicanalista, estudar de que modo estas representações são ou não integradas na vida psíquica de seus protagonistas, bem como de seus descendentes.

I.

¹ Texto encomendado pelo *Folhetim*, suplemento do jornal *Folha de S. Paulo*, para um debate sobre o discurso de Habermas; publicado em Heloisa Fernandes (org.), *Tempo do Desejo*, S. Paulo, Brasiliense, 1989.

O problema envolve diferentes aspectos. Num livro editado e comentado por Chaim S. Katz, *Psicanálise e Nazismo* (Rio, Taurus, 1985), estão reunidos artigos e depoimentos que focalizam vários deles. A história das relações entre a psicanálise e o regime hitlerista – que via nela um inimigo perigoso, um exemplo da “ciência judaica” a ser extirpado do universo da cultura – é uma das dimensões a serem consideradas. Sabe-se hoje que estas relações foram complexas, indo do apaziguamento *soi-disant* prudente por parte da Associação Psicanalítica Internacional (que estava disposta a ceder os anéis para preservar os dedos, e que acabou perdendo muito mais que os dedos) até atitudes corajosas de alguns psicanalistas. Entre estes, merecem homenagem as de John Rittmeister, fuzilado em 1943 por pertencer à Resistência alemã, e de Bernard Kamm, que renunciou à Sociedade Psicanalítica de Berlim e escolheu o exílio, quando esta sociedade concordou em excluir seus membros judeus sob pressão das autoridades governamentais. Kamm era “ariano”, mas percebeu que o gesto era indigno e retirou-se da associação. Um outro aspecto, mais diretamente relacionado ao tema da recordação e do esquecimento, é o silêncio imposto à participação de milhões de alemães na vida do Terceiro Reich, silenciamento que já transparece na expressão “anos obscuros” (*Dunkeljahre*) para designar a época. Muitas crianças nascidas no pós-guerra fizeram ou quiseram fazer a pergunta: “Papai, o que você estava fazendo naquele tempo?”; muitas receberam não-respostas, ou respostas enigmáticas, mentirosas ou embaraçadas. Ainda outro aspecto é o da existência cotidiana sob um regime de terror, no qual as cenas diárias e os riscos de morte atualizam de modo sinistro as fantasias mais arcaicas presentes na psique humana, criando condições de extrema tensão psíquica que não deixam de se refletir nos comportamentos e nas atitudes.

Vários autores descrevem, nos capítulos de *Psicanálise e Nazismo*, o “muro silêncio” erigido em torno das atividades de cada qual entre 1933 e 1945. E este muro de silêncio, construído mediante operações de recalçamento, de censura, de repúdio à realidade psíquica e à realidade histórica, não pôde deixar de produzir conseqüências na estruturação mental, tanto das pessoas diretamente envolvidas na tragédia, quanto dos seus filhos. Pois, para estes, a travessia do complexo de Édipo terá de ultrapassar um obstáculo muito peculiar: a culpa dos pais, a existência de um branco ou de uma mentira vergonhosa na história familiar, o confronto com figuras edípicas marcadas pela derrota, pela humilhação ou pela pusilanimidade. Isto, é claro, não é um veredicto

de psicose; mas é um fator específico que necessita elaborações específicas. O tabu social que cerca o período nazista corresponde ao que os psicanalistas Alexander e Margarete Mitscherlich denominaram “incapacidade para o luto”, isto é, incapacidade para desprender-se de um passado intensamente investido, através dos procedimentos que todos nós utilizamos nesses casos, e cujo resultado mais evidente é que a figura ou o evento que anteriormente estavam tão carregados de afeto deixam de ter importância para nós, tornando-se relativamente indiferentes. Este processo não é simples: equivale a um considerável trabalho psíquico que Freud designou precisamente como “trabalho de luto”. Ora, o problema do esquecimento e da recordação está diretamente relacionado com a capacidade para realizar este trabalho, tanto em escala individual quanto na escala coletiva. Na Alemanha, tal trabalho parece ter sido impedido ou consideravelmente dificultado pelo tabu social vigente até há poucos anos, a despeito dos esforços de um punhado de intelectuais e artistas; a nação parece ter posto em funcionamento técnicas para esquecer, cujo resultado foi o de mergulhar em perplexidade e angústia as gerações atuais.

II.

Mas, como sabemos graças a Freud, o reprimido não está simplesmente ausente: do seu lugar de não-dito, ele exerce seu poder sob a forma de repetição. Habermas cunha esta bela imagem, a do “domínio de um passado que retorna sob a forma de pesadelo sobre um presente não-redimido”; ele se refere à força inibidora, porque fantasmagórica e silenciosa, de um passado que não passou – algo com que o psicanalista está familiarizado, pois se defronta com isso todos os dias. E se Habermas o convida a desempenhar um papel no presente, é legítimo que procuraremos formar uma idéia da natureza de sua intervenção, ainda que na escala social ela só possa ser imaginada como analogia: não existe “psicanalista do coletivo”, porque só o próprio coletivo, mediante práticas e idéias surgidas nele e para ele, pode realizar o que talvez Habermas chamasse de “sua própria redenção”. Mas tentemos a analogia: contrastemos as duas situações em que o filósofo vem a falar do “analítico”, tanto mais que, à sua maneira, elas recobrem duas figurações opostas do *modus operandi* da psicanálise.

A primeira metáfora é a da cicatrização. Nesta perspectiva, o trabalho psicanalítico consiste em recuperar algo reprimido, trazê-lo à consciência para esvaziá-lo de sua carga traumática, do que resulta o “entendimento desapaixonado”. Opõem-se aqui razão e paixão, emoção e conhecimento: a carga afetiva é vista como um obstáculo ao conhecimento claro, de modo que “tomar consciência” significa “tomar distância”, poder observar serenamente e sob o modo de visão lúcida. Sujeito e objeto separam-se nitidamente, e sua relação pode ser desapaixonada justamente porque não correm qualquer risco de se confundir. O indivíduo se debruça sobre seu passado para exorcizá-lo, para expulsá-lo de si, torná-lo *outro que si*; assim, ganhará acesso à plena inteligibilidade daquilo que o torturava. De onde o efeito de cicatrização, como se um espinho fosse finalmente arrancado da carne e se pudesse restaurar a plenitude violada pela sua intrusão. Pouco importa que esta operação precise passar pelo contato com aquilo que dói; é mal menor, momento necessário de um percurso que culmina com o entendimento claro e distinto à luz do meio-dia. Se o sono da razão engendra monstros, seu despertar dissipa as sombras e revela que o monstro era apenas uma sombra na parede.

Mas esta perspectiva é falsa, e falsa porque começa por esquecer sua própria origem. Um entendimento desapaixonado não é, precisamente, aquele do qual se retirou algo? E retirar este atributo passional não implica reconhecer que, no fundo, ele era ilegítimo, artificial, secundário em relação ao conhecimento, este sendo dado como por essência heterogêneo à paixão? Nesta óptica, o erro teria sido permitir que se misturassem vertentes umbilicalmente incompatíveis, e a análise seria a dissolução deste laço bastardo, a fim de liberar o universo das representações das cadeias efetivas impostas a ele pelo trauma. Parte-se, pois, de uma premissa segundo a qual a dimensão emocional seria somente *a posteriori* acrescentada ao dito universo de representações, surgindo este acréscimo de um desconhecimento ou de uma carência, da intromissão no terreno do pensamento de algo estranho a ele. Só que esta visão das coisas inverte a ordem das causas e dos efeitos: a dimensão emocional não é *acrescentada* a uma cadeia de idéias originalmente assépticas, puramente intelectual, etc. Ela é *constitutiva* do nosso universo de representações, e a imagem de um pensamento “puro” só pode ser construída pela *supressão* do colorido emocional que acompanha pelo lado de dentro qualquer representação. Por este motivo, o entendimento “des-apaixonado” é isto mesmo, um “a menos” e não um “a mais”; e,

embora nem sempre seja este o processo que o produz, o psicanalista não deixa de se perguntar se o entendimento desta ordem resulta de operações defensivas, de recobrimentos e de deformações, cuja finalidade é exatamente a de esvaziar o conteúdo afetivo de determinadas representações, tornando-as toleráveis ou mesmo indiferentes.

Quando Freud descreve o efeito da revelação do reprimido, reprimido que embora desconhecido não havia deixado de produzir efeitos, emprega termos muito precisos: fala de *Annahme* ou de *Aufnahme*, que designam um movimento exatamente oposto ao que conduz até o “entendimento desapaixonado”. Num artigo intitulado “Affect et Langage dans les Premiers Écrits de Freud”, a psicanalista francesa Monique Schneider observa a esse respeito: “*Annehmen* não significa ver, objetivar, mas ao contrário admitir, adotar, assimilar, em outras palavras fazer seu, movimento que implica o ser em vez de desimplicá-lo (...). Não se trata apenas constatar um processo, mas de esposá-lo, de acolhê-lo em si, de abrir espaço para ele. E quando se trata de representações intoleráveis, este movimento de admissão evoca mais a idéia de uma abdicação do que a de uma tomada de poder”.¹ O indivíduo abdica aqui de uma falsa superioridade; não se separa do objeto; ao contrário, o acolhe, porque descobre que este objeto (uma lembrança, um desejo, etc.) já era parte de si, que havia sido clivada e mantida como exterior a si. Não é o objeto psíquico que se torna outro, “neutro”, para ser examinado *sine ira et studio*, e sim o sujeito que se torna outro, que propriamente se altera ao receber dentro de si algo até então temido e por isso negado. Para tanto é necessário que sejam desfeitos os movimentos defensivos de recusa, de negação ou de repressão, movimentos que têm em comum precisamente a instauração de um intervalo insanável entre as representações e os afetos. É desta instauração que resulta o isolamento de uns e de outros, isolamento que na consciência se manifesta se manifesta como ausência, como silêncio ou como mentira. O desapaixonar não é, assim, o efeito de uma depuração benéfica das escórias emotivas, mas um procedimento por excelência defensivo, e que precisa ser reiterado constantemente, a fim de que o separado não se torne a juntar.

¹ Revista *Topique* nº 11/12, 1973.

III.

Este movimento se aplica especialmente à região das lembranças e constitui o cerne do que chamamos “esquecimento”. A idéia mais difundida a respeito do esquecimento tem por base a imagem da erosão: a usura do tempo, ao exercer sobre as experiências, acabaria por limar suas arestas, ou melhor, as arestas das lembranças correspondentes a estas experiências. Nesta perspectiva, a cada vivência corresponde uma lembrança, sob a forma de um registro comparável a um sulco na superfície da memória; e o resultado do nivelamento destes sulcos seria um índice de indiferença, que passa a afetar a lembrança em questão. Tal nivelamento ocorreria paralelamente na vertente afetiva (produzindo a indiferença) e na vertente ideacional (produzindo o apagamento da própria idéia), assim como desaparece o relevo das moedas que passaram por muitas mãos: ao final, já não se pode mais distinguir a efígie do plano no qual foi gravada.

Basta, porém, um instante de reflexão para percebermos quão falsa é esta teoria. Esquecer não é um fenômeno passivo, mas uma atividade psíquica como outra qualquer; e o fator ativo transparece no próprio vocábulo que designa o processo. Esquecer provém de *ex-cadere*, cair para fora. Esquecer é sempre *ex-pulsar*, *exteriorizar* um conteúdo, *ex-ilá-lo* para fora do espaço da consciência. Há portanto uma força ou tendência que repudia este conteúdo, que se opõe à sua inclusão na continuidade do nosso universo mental. Segundo a psicanálise, como já mencionei anteriormente, tal repúdio se dá em virtude do caráter doloroso ou desprazeroso do elemento psíquico de que se trata, seja um desejo, uma fantasia, uma lembrança, uma idéia, etc. Uma coisa esquecida não é, portanto, idêntica a uma coisa indiferente. Ou melhor, algo não é esquecido por ser de pouca monta ou irrelevante; ao contrário, torna-se irrelevante por causa do esquecimento. Convém mesmo distinguir duas formas do “indiferente”, o que ficará claro se considerarmos brevemente o funcionamento da memória.

É um engano acreditar que a memória trabalhe linearmente, como poderia parecer à primeira vista, e como sugere o modelo do computador. Neste, uma vez registrada a informação, esta permanece “armazenada”, à espera de que seja acionado o código que permite recuperá-la: é o que sucede, por exemplo, quando digitamos nossa senha num caixa automático, para saber qual é o nosso saldo no banco. A

memória, porém, é mais complexa. Podemos dar uma idéia desta complexidade se levarmos em conta que o registrado por ela já é, em si mesmo, extremamente complexo: qualquer registro mnêmico – por exemplo o que você, leitor, acaba de ler no parágrafo anterior – é constituído por numerosas impressões sensoriais (visuais, tácteis, etc.), e se revela multifacetado do ponto de vista da organização do sentido. O café que acabo de tomar não é *um* “registro”, mas inúmeros, e por este motivo se vincula a inúmeras cadeias de representações, quer seja por analogia com um dos seus elementos, quer seja por contigüidade temporal ou espacial, quer seja porque um detalhe acessório da vivência de tomá-lo se engancha nesta ou naquela trama de sentidos. Em virtude disso, qualquer experiência pela qual passe um indivíduo se inscreve de múltiplas maneiras e em variados contextos, podendo pois ser “recuperada” através de todos estes caminhos. A isto se agrega o fato, indiscutível à luz da psicanálise, de que cada uma destas inscrições é constantemente remanejada por meio dos processos conhecidos como *condensação* e *deslocamento*, cujos produtos, por sua vez, podem ser objeto de defesa, de novas inscrições, e assim por diante. Assim, quando nos recordamos de alguma coisa, tal recordação é tudo menos uma reprodução fiel, apresentando-se trabalhada pela fragmentação, pela conexão com outras lembranças e pelas sucessivas sobreposições e recortes que ocorrem a cada instante.

Mas, dirá o leitor, quando quero telefonar para um amigo e me lembro perfeitamente do número, como explicar que minha lembrança corresponde ao número correto? Muito simples; o número recordado (verdadeiro ou falso, tanto faz) corresponde ao conteúdo manifesto da lembrança, mas isto não diz nada sobre o *sentido latente* desse ato psíquico. E é este sentido latente que interessa à psicanálise, porque é ele que abre caminho para todas estas cadeias de representações e de afetos no interior das quais o ato de recordar o número de telefone ganha sentido. Freud costumava dizer que não temos recordações *da* infância, mas recordações *sobre* a infância, lembranças que na verdade são recordações encobridoras. Mas disto não se deve concluir que um cuidadoso trabalho de desvelamento acabaria por desenterrar a primeira lembrança, base de todas as outras; isso não é possível, porque esta “primeira” lembrança sempre é ponto de partida para outras associações e outras lembranças, em virtude do processo de deslizamento do sentido que é constitutivo do inconsciente.

No seu início histórico, o trabalho analítico não tomava ainda em consideração este aspecto do funcionamento da memória; na época dos *Estudos sobre a Histeria*, ou pelo menos nos casos ali descritos (1889-93), Freud acreditava que os sintomas neuróticos eram provocados por uma experiência dita traumática, consistindo o caráter traumático de uma experiência precisamente na impossibilidade de elaborá-la, isto é, de incluí-la no contexto associativo da vida psíquica. Em consequência disso, tal experiência – ou melhor, sua inscrição psíquica – permaneceria como um “corpo estranho”, impossível de ser trazido à consciência, porém de modo algum inerte: expulsa da consciência, tal recordação ficava também imune ao trabalho de fragmentação e de recombinação que atinge os conteúdos conscientes. De modo que, numa metáfora famosa, é como se a recordação sobrevivesse como Pompéia, inacessível porém intacta *porque* inacessível. A idéia de Freud consistiu em supor que, mesmo assim, esta representação mnêmica não era neutralizada, e sim formava uma série paralela de associações a partir dela mesma, série cuja característica principal era a de ser inconsciente. Supôs assim a existência não de um, mas de dois grandes sistemas de representações, o consciente e o inconsciente, e passou a estudar as interferências do segundo no primeiro, as quais julgou serem responsáveis pelo caráter aparentemente ilógico e absurdo dos sintomas de que se queixavam seus pacientes. Os sintomas nada mais seriam do que resultados destes complicados processos, cujo efeito geral era o de suprimir suas próprias premissas, deixando aparecer apenas pés sem cabeças.

Podemos agora retornar aos dois tipos de “indiferença” a que me referi anteriormente. Um primeiro tipo resulta da inclusão da lembrança em múltiplos contextos associativos: aqui, o esquecimento é o efeito desta assimilação que recorta, mói e compacta os fragmentos da lembrança até torná-la irreconhecível, ou então conserva dela apenas a fachada, como a ponta de um iceberg, cuja parte submersa continuasse a ser trabalhada por poderosas forças de pressão. Estes processos não são defensivos, como os que intervêm para produzir o segundo tipo de “indiferença”, onde o traço mnêmico é objeto de um repúdio. Este repúdio acarreta duas séries de consequências. Na primeira série, a mais superficial, o repudiado dá a impressão de ter desaparecido, seja sob a forma da imagem visual, seja sob a forma do sentido emocional, seja sob a forma do conteúdo ideativo. Simplesmente não pensamos mais no assunto, o esquecemos, ou o recordamos como algo sem a menor importância.

Mas esta aparência de tranqüilidade é enganosa. Na segunda série de conseqüências, a lembrança é ao mesmo tempo preservada (o “corpo estranho”) e submetida ao processo primário, exatamente como as ruínas de Pompéia. Pois tal movimento não conduz à destruição do repudiado, e sim à sua perenidade; mais precisamente, conduz a um tipo de tratamento dele que, por estabelecer um “privilégio de extraterritorialidade”, o faz permanecer inalterável e simultaneamente proliferar em numerosas conexões, cujos ecos chegam à consciência como que amortecidos e incompreensíveis. Este paradoxo – que algo sobreviva repudiado e ao mesmo tempo engendre uma feira de “filhotes” – é o próprio paradoxo do inconsciente, que ignora as categorias da temporalidade, da negação e da contradição.

Assim, somos agidos por motivos que ignoramos, e esta ignorância é camuflada por elaborações secundárias, bem como por outros mecanismos, cujo efeito é o conferir às nossas ações e aos nossos pensamentos uma fachada de coerência e de sensatez. Diante disso, como procede a análise? Por meio da regra da livre associação, ela suspende a vigência das regras lógicas que, na vida diária, nos protegem do absurdo. Este processo põe em evidência as resistências e permite construir, por inferência, análogos conscientes das fantasias inconscientes que se ocultam atrás delas; isto permite um acesso oblíquo àquilo que foi repudiado, ou ao menos a certas facetas dele. E isto graças a uma propriedade dos processos inconscientes que os torna em parte visíveis e compreensíveis: a repetição. Aquilo que foi excluído não desaparece por ter sido excluído, como espero que seja claro a esta altura do nosso trajeto. Retorna sob a forma de repetição, desencadeando os movimentos transferenciais que ritmam a análise. É por meio da análise da transferência, dos seus padrões típicos em cada pessoa, dos desejos que nelas se atualizam, das defesas que ela mobiliza e que se revelam através dela, que o psicanalista pode formar uma idéia aproximada daquilo que foi reprimido, e cujo aspecto “exterior” é estar em regime de esquecimento. Por exemplo: o paciente não se lembra de ter sentido ódio e cólera diante de sua mãe, mas se comporta de modo insuportável durante suas sessões, exigindo uma atitude de total disponibilidade por parte do analista. A própria reiteração das situações deste gênero e a sua interpretação abrem caminho, através de resistência muito intensas, para que acedam à consciência os impulsos e fantasias reprimidos, ou pelo menos, o que deles puder ser resgatado, após todas as transposições e deformações pelas quais passaram no inconsciente. E isto nos permite

compreender que tais impulsos e fantasias não estão “no passado”, mas “no presente”, tanto que podem se manifestar de diferentes formas, como sendo o pólo para o qual tendem numerosas atitudes e associações do pacientes. Isto modifica radicalmente a idéia usual do que seja o “passado”: não é o que aconteceu de ontem para trás, já que o “acontecido” e o resultado de sua inscrição psíquica continuam a produzir efeitos muitíssimo atuais, extremamente visíveis e freqüentemente dolorosos.

De modo que o contrário de *esquecer* não é sempre, talvez nem mesmo o mais das vezes, o *recordar*, se entendermos por recordar o surgimento de uma cópia autenticada daquilo que havia sido esquecido. Permitam-me cunhar o neologismo *inquecer* para designar o que ocorre: ao invés de “cair para fora”, “cair para dentro”. Mas atenção: não é a lembrança que “cai para dentro” da consciência, num movimento oposto ao que havia resultado em seu “cair para fora” dela. A imagem mais adequada seria a inversa disso: o sujeito é que “cai para dentro” da sua lembrança, molha-se nela, abre-se para ela, pois já não pode ser tido como soberano neste processo, ele que defendia com todas as suas forças sua ilusória autonomia frente ao esquecido. *Annehmen*, aceitar, admitir, adotar – e não colocar diante de si, à maneira de um quadro na parede, pois isto seria simplesmente uma expulsão mais sutil.

Se, como sugere Habermas, o psicanalista pudesse ser convocado para auxiliar a nação alemã neste processo, sua ação tomaria a forma de não impedir a *Annahme*, a aceitação/ admissão dentro de si, por mais que tal aceitação implicasse um momento ou um período doloroso. Pois só mediante o *inquecimento* do silenciado é que os fantasmas podem encontrar repouso: é reinvestindo-os pelo trabalho do luto, inumando-os através de sua circulação pela psique, e não colocando-os à distância por meio de um pseudo – “entendimento desapaixonado” – é só assim que lhes permitimos morrer em paz.